



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Educação e política social.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SERVIÇO SOCIAL NA ATUAL CONJUNTURA DE CONTRARREFORMAS

Mônica Barros da Nóbrega¹
Thamyres Alves de Araújo²

Resumo Expandido

O debate acerca da efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social é fortalecido a partir da Política de Educação Permanente elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS em 2012, a qual defende a concepção de elaboração de conhecimento como um processo permanente de desconstrução e reconstrução de práticas e saberes na perspectiva de desenvolver uma prática profissional cada vez mais conectada com o projeto ético-político da profissão.

Este resumo é fruto dos estudos introdutórios que estamos realizando junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), considerando o atual contexto de contrarreformas³, em especial a contrarreforma do ensino superior e a contrarreforma trabalhista nos governos de Temer e as tendências verificadas no governo de Bolsonaro, com o intuito de apreender como tais medidas repercutem no processo de efetivação da educação permanente no âmbito do Serviço Social Brasileiro.

Logo, a nossa pesquisa tem como objetivo geral analisar de que maneira a contrarreforma do ensino superior e a contrarreforma trabalhista no Brasil incidem na efetivação do processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social Brasileiro no atual contexto de crise estrutural do capital e de contrarreformas.

Vale ressaltar a importância dessa discussão, tendo em vista que efetivar o processo de educação permanente no âmbito do Serviço Social é uma das estratégias que permitem possibilitar a qualidade dos serviços prestados à população usuária, bem como suprir a lacuna de estudos que abordam este tema no âmbito do Serviço Social.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora efetiva da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculada ao Curso de graduação em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS) da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <monicabnobreaga@yahoo.com.br>

² Bacharel em Serviço Social e mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS-UEPB) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS/UEPB). E-mail: <thamyres.alvesaraujo@hotmail.com>

³ O termo reforma historicamente vinculado às lutas das classes populares à perspectiva de alargamento de direitos, foi capitaneada pela ideologia neoliberal para justificar o combate à presença e às dimensões democráticas do Estado, dando origem a um processo de contrarreformas, cujo objetivo principal consiste em reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora (BEHRING, 2003).

Os procedimentos metodológicos que estão sendo utilizados priorizam a pesquisa bibliográfica e documental, a partir de um levantamento de material bibliográfico de autores que se debruçaram e se debruçam sobre o tema, a exemplo de Fernandes, Yamamoto, Guerra, Behring, Mészáros, dentre outros, bem como dos documentos que tratam de tais contrarreformas, as quais sofreram pressão do capital financeiro, como podemos observar no Relatório do Banco Mundial intitulado: “Um ajuste justo”, bem como nos decretos e propostas de emenda constitucionais.

Logo, fundamentaremos nosso estudo no método crítico-dialético, o qual permite analisar os fenômenos numa perspectiva de totalidade, com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo.

Portanto, a presente proposta de pesquisa pretende contribuir para subsidiar a construção de estratégias de resistência para a efetivação do processo de educação permanente, considerando a atual conjuntura de retrocesso e desmonte dos direitos sociais, assim como estimular novas pesquisas e o debate acerca da formação, do exercício profissional e do fortalecimento do projeto ético- político. .

Referências

CFESS/CRESS. Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.

Brasília/DF: CFESS, 2012. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.